

## **DECLARAÇÃO DE VOTO DA BANCADA DO PCDOB**

### **O PCdoB vota pela democracia, pelo Brasil e contra o golpe!**

Senhor Presidente,  
Senhoras deputadas,  
Senhores deputados,  
Povo brasileiro,

“Há dias que valem por séculos na história dos povos”. Vivemos esses dias, e somos chamados à responsabilidade de defender os interesses do povo brasileiro e propor um caminho para a superação da crise e para o desenvolvimento do nosso país. É com este intuito que venho neste momento, em nome do Partido Comunista do Brasil, me dirigir à nação brasileira e aos deputados e deputadas desta Casa.

Falo ciente da responsabilidade de trazer a mensagem de um partido que tem 94 anos – a legenda mais antiga do nosso país –, um partido que teve participação destacada nas batalhas mais importantes da República e que, por isso mesmo, tem consciência do valor da democracia.

O Brasil vive um momento histórico. A jovem democracia brasileira – conquistada à custa de muitas vidas, de muitas lutas – está ameaçada. Enfrenta seu momento mais difícil, desde que a reconquistamos em 1985, com o fim da ditadura militar.

Nesta votação histórica da Câmara dos Deputados, ou triunfará a democracia, com a preservação do legítimo mandato da presidente Dilma Rousseff, ou vencerá o golpismo, com a aprovação de um *impeachment* sem crime de responsabilidade, portanto, ilegal e inconstitucional.

Como presidente do PCdoB, falando em nome de uma militância corajosa e aguerrida, alertamos o povo brasileiro para o fato de que o vice-presidente da

República, Michel Temer, o presidente desta Casa, Eduardo Cunha, réu no Supremo Tribunal Federal (STF), e o senador do PSDB, Aécio Neves, candidato derrotado nas eleições de 2014, são os líderes políticos principais deste golpe que está em marcha contra a democracia.

Não havendo crime de responsabilidade, estes senhores buscam de todas as formas encontrar argumentos para criminalizar a presidente Dilma, rasgando a Constituição duramente conquistada em 1988.

A decisão que esta Casa tomará terá consequências para o presente e o futuro do nosso país. Está em jogo uma das bases estruturantes da Nação. A democracia é o fundamento para o desenvolvimento soberano de nossa pátria, o caminho mais curto e mais eficiente para superarmos as brutais e injustas desigualdades sociais e regionais de nosso país. É apoiada na democracia que a classe trabalhadora avança nas suas conquistas, e que o povo amplia seus direitos.

Levanta-se a consciência democrática da Nação diante da possibilidade deste ataque profundo contra as conquistas auferidas no país, não apenas nos últimos 13 anos, mas em décadas.

A comunidade internacional está perplexa, e encontra-se preocupada com as ameaças à democracia do Brasil, país de grandes dimensões, e relevância no cenário global, sendo a sétima economia do mundo. Entre as inúmeras manifestações, destacam-se a do diretor-geral da OEA, Luis Almagro; o secretário-geral da Unasul, Ernesto Samper; os escritórios da Cepal, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH); as declarações como a do Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, e os líderes mundiais Massimo D'Alema (Itália), Ricardo Lagos (Chile), Felipe González (Espanha), José Mujica (Uruguai), Tabaré Vasquez (Uruguai), entre tantos outros.

Mesmo a grande imprensa internacional tem olhado de forma crítica, diante da inversão dos fatos que vem ocorrendo no Brasil, onde corruptos estão dando um golpe em uma presidenta honesta.

O Brasil, infelizmente, foi vitimado por golpes e regimes autoritários e por isso nosso período democrático mais longo é este que vivemos, de apenas 31 anos. É inadmissível que ele esteja ameaçado por aqueles que romperam com a legalidade democrática ao se recusarem a aceitar o resultado soberano das urnas das eleições presidenciais de 2014.

Esta Casa tem sido um baluarte na defesa da democracia. A história guarda momentos memoráveis em que o Parlamento brasileiro se levantou em defesa da legalidade e da Constituição. É preciso honrar esta tradição democrática não se deixando macular neste momento tão grave.

Quando falamos sobre democracia — é importante que se diga —, não estamos tratando de um amontoado de palavras vazias, falamos sobre a base pela qual diferentes pontos de vista podem se encontrar, convergir. É onde se pode respeitar os anseios da maioria e da minoria. É a chave para se superar os lamentáveis momentos de ódio e de intolerância que vimos aflorar com tanta força em nosso país, nos últimos tempos.

Estimados deputados e deputadas;

A história nos ensina que, aos traidores, estão guardadas as páginas do esquecimento.

Nestes dias que antecedem as homenagens à coragem dos inconfidentes mineiros, é impossível não lembrar o pernambucano Barbosa Lima Sobrinho, que disse: “no Brasil, existem na atualidade dois partidos, o de Tiradentes e o de Joaquim Silvério dos Reis.” Isto se aplica neste momento: o partido dos que defendem a liberdade e a democracia, e o dos defensores do entreguismo e do golpe. É hora de decidir como as senhoras e os senhores preferem entrar para a história!

A exemplo do que se fez em outros momentos históricos, o discurso de combate à corrupção entra em cena para impedir que um projeto político patriótico e popular tenha continuidade. Foi assim em 1954 na oposição a Getúlio Vargas; foi assim em 1964 na campanha que levou ao golpe militar que durou 21 anos.

A força motriz do atual golpismo é um conluio, uma trama, conspiração de setores judiciais-políticos-midiáticos, tendo como vetor a “Operação Lava Jato”, que se tornou uma espécie de poder paralelo, e de exceção. Ações direcionadas contra o PT e demais forças democráticas que apoiam o governo Dilma, vazamentos seletivos, uso desmedido de delações premiadas, desvirtuamento de prisões provisórias e operações policiais midiáticas, em desrespeito frequente ao Estado Democrático de Direito. Chegou-se ao absurdo de se “sequestrar” um ex-presidente da República numa condução coercitiva, completamente desnecessária, e de realizar escutas ilegais envolvendo a própria presidente da República, afrontando descaradamente a Constituição e a lei. Tudo isso sob o manto hipócrita do combate à corrupção.

É preciso enfatizar que para os comunistas é inegociável o combate enérgico à corrupção, com a punição aos corruptos e corruptores. No entanto, repudiamos que se use o combate à corrupção como mero pretexto para pisotear a Constituição Federal. Se hoje existem ações de combate à corrupção, elas são fruto da luta democrática, medidas que se fortaleceram desde o primeiro governo do presidente Lula em 2003, dentre as quais destacam-se: nomear o primeiro da lista para Procurador do Ministério Público Federal; a lei da delação premiada e a descentralização da Política Federal. Situação muito distinta da impunidade que reinou nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB.

Vasculharam toda a vida da presidente Dilma Rousseff, realizaram ao longo de dois anos todo tipo de investigação e, mesmo assim, nada contra a honra e a integridade da presidente foi encontrado. Ao contrário de alguns parlamentares que aqui a acusam, dos que possuem contas no exterior e dos que são indiciados em processos de corrupção. Na verdade, o motivo que leva tais forças a realizarem a campanha do *impeachment* golpista não é o combate à corrupção, mas sim soterrar o projeto de desenvolvimento soberano e democrático que começou a emergir no país.

O *impeachment* é um instrumento previsto na Constituição para casos de extrema gravidade desde que o chefe do executivo tenha cometido crime de responsabilidade. Acontece que a presidente Dilma Rousseff não cometeu nenhum crime de responsabilidade. Ela sequer é investigada. Nenhuma prova foi apresentada. Não há razão legal, constitucional, para o impedimento, como bem demonstrou a defesa da presidente Dilma no decorrer deste processo.

Como bem está expresso no manifesto dos representantes do Ministério Público aos parlamentares, a edição de decretos de crédito suplementar para remanejar limites de gastos em determinadas políticas públicas autorizados em lei, e os atrasos nos repasses de subsídios da União a bancos públicos para cobrir gastos dessas instituições com empréstimos realizados a terceiros por meio de programas do governo, são ambos procedimentos embasados em lei, pareceres jurídicos e entendimentos do TCU, que sempre considerou tais medidas legais, até o final do ano de 2015, quando houve mudança de entendimento do referido tribunal.

Sendo assim, não há crime sem lei anterior que o defina e muito menos sem entendimento jurisprudencial anterior assentado. Se não fosse assim, a insegurança jurídica seria absurda, inclusive com relação a mais da metade dos governadores e a

inúmeros prefeitos que sempre utilizaram e continuam utilizando as mesmas medidas que supostamente embasam o processo de impedimento da presidenta.

A presidenta Dilma Rousseff não cometeu crime de responsabilidade, quem sustenta essa convicção, além de sua Defesa, é um elenco de renomados juristas brasileiros, é um rol de respeitados advogados e advogadas que em múltiplos atos e manifestos atestam e demonstram que há um golpe travestido de *impeachment* sem fundamento jurídico.

A Comissão Especial do *Impeachment*, que realizou seus debates a toque de caixa, já tinha uma pré-conclusão de condenar a presidenta, um relatório elaborado com apoio de Eduardo Cunha, e apresentado por um parlamentar que também responde a processos. Fatos que deixam claro que o objetivo principal é derrubar o governo da presidenta Dilma, é dar um golpe de Estado, com as armas dos grandes meios de comunicação que distorcem os fatos, disseminam mentiras, e submetem a opinião pública a uma verdadeira ditadura de um só pensamento, de uma só opinião.

Neste momento dirijo-me ao povo brasileiro;

Vivemos dias difíceis para o povo e a nação brasileira. Às vésperas de nosso país completar duzentos anos de sua independência, as elites de nosso país colocaram em marcha um golpe contra a democracia com o intuito de paralisar as mudanças ocorridas nos últimos anos.

Um governo que priorize os mais pobres é, para os donos do dinheiro, para a elite conservadora, uma ameaça inaceitável, uma discrepância que merece ser aniquilada, extirpada. Para estes setores, não há espaço no orçamento do Estado para os mais humildes, tampouco para os trabalhadores. É aí que está a base da agenda das forças golpistas: implementar um neoliberalismo selvagem, que retira direitos e penaliza os mais pobres.

O ex-deputado Josué de Castro, grande intelectual e ativista contra a fome, defendia que “um país é tanto mais forte quanto mais elevada a sua renda, mas é tanto mais feliz quanto melhor distribuída essa renda. É tanto mais próspero, quanto mais acelere o crescimento dessa renda”. Nós, do Partido Comunista do Brasil, PCdoB, acreditamos que o legado dos governos Lula e Dilma contribuíram para que o Brasil se tornasse mais forte, mais feliz e mais próspero. Defendemos esse legado construído nestes últimos 13 anos, que mudou a vida de milhões de pessoas.

Desde 2003 foi possível construir um país com maior acesso à educação, à saúde, à moradia. Um país que valoriza sua gente, do qual dá orgulho de fazer parte. Os resultados dessa construção estão aí, onde os filhos dos pedreiros, das empregadas domésticas levantam seus diplomas de médicos, de engenheiros, de advogados. Os resultados estão nos relatos dos milhares de “Jéssicas” que provam que com oportunidade, com inclusão social e desenvolvimento é possível fazer uma transformação nesse país.

O povo brasileiro reconhece essas mudanças e foi às urnas votar pela sua continuidade, para avançar nas transformações. É nosso dever zelar e respeitar a expressão popular das urnas. Não é honesto se aproveitar de uma crise econômica, que em boa medida deriva dos efeitos da grande crise mundial do capitalismo e da crise política interna que é criminosamente insuflada para desrespeitar a soberania do voto popular.

É com a consciência destes problemas que venho a esta tribuna, para me dirigir aos senhores e às senhoras parlamentares, e principalmente às pessoas que acompanham este debate, que melhoraram suas vidas nos últimos anos. Pessoas que conquistaram a casa própria, que tiveram o primeiro filho na universidade, em uma escola técnica.

É exatamente contra estas conquistas que as forças conservadoras hoje se movem no Congresso Nacional. Sempre que um projeto político enfrenta a questão das desigualdades sociais e fortalece a autonomia e a soberania nacional, os setores mais conservadores das classes dominantes reagem com virulência, atacando a democracia e os direitos conquistados.

Hoje, vendem a promessa segundo a qual, com a simples saída da presidente Dilma, a situação econômica iria melhorar. Nada pode ser tão falso!

Ao contrário, se o *impeachment* golpista se impuser, além de pisotear a Constituição, mutilar a democracia, ele iria instituir um governo ilegítimo, que seria fortemente contestado nas ruas, combatido por amplos setores da população brasileira, que neste momento crescem em consciência democrática.

Os golpistas vendem a ilusão de que um governo chefiado por Michel Temer pacificará o país e criaria as condições para o Brasil superar a crise. Repito, nada mais falso! Ele e Eduardo Cunha, que passaria a ser o vice na linha sucessória, não possuem a confiança e o voto do povo para cumprir estes objetivos. Não se unifica uma

Nação com um golpe de Estado, não se resolvem graves problemas de um país com um governo de exceção.

Patativa do Assaré, digno poeta brasileiro, dizia que existem dois Brasis: o de cima, onde estão os endinheirados; e os de baixo, onde estão os humildes. Pois bem, a saída que os golpistas possuem para enfrentar a crise é que o andar de baixo venha novamente a pagar a conta. Não admitiremos!

O “Plano Temer”, chamado de *Uma Ponte para o Futuro*, é, na verdade, uma “ponte para o passado”, ponte de regresso à tragédia neoliberal, que levou o país a quebrar três vezes na década de 1990, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso.

O “Plano Temer” é uma ameaça a direitos sociais e trabalhistas. O sistema de financiamento da educação e da saúde pública, que garante um patamar mínimo de receitas, estaria comprometido com o fim de todas as vinculações. O “orçamento com base zero” – que segundo o referido documento significa que a cada ano todos os programas estatais serão avaliados por um comitê independente – também afetaria os programas sociais.

Da mesma forma, toda a legislação trabalhista estaria ameaçada. O plano *Uma Ponte para o futuro* é explícito ao definir o fim da política de reajustes reais anuais do salário-mínimo e da vinculação do piso dos benefícios da previdência.

Ou seja, é um golpe contra a democracia e contra os trabalhadores. Querem impor ao povo brasileiro um governante e um programa que acabem com as conquistas sociais da Constituição Cidadã de 1988, dirigida pelo doutor Ulysses Guimarães, que neste momento tem sua memória de democrata agredida e desrespeitada. E, principalmente, contra as conquistas dos governos do ex-presidente Lula e da presidenta Dilma que promoveram uma das mais significativas reduções da desigualdade social do país, diminuíram as desigualdades regionais e buscaram fortalecer o Brasil como uma Nação soberana.

Se não bastasse essa regressão na esfera dos direitos do povo, Temer e Cunha – em consórcio com o PSDB, DEM e PPS – retomariam as privatizações, dariam celeridade ao plano de entregar a riqueza do Pré-Sal às multinacionais e jogariam uma pá de cal na política externa alta, atentariam contra a soberania nacional, fazendo ressurgir a conduta de subserviência do país às grandes potências imperialistas.

Senhoras e senhores,

Ao longo da nossa história a força fundamental nos momentos decisivos da nação brasileira tem sido o povo nas ruas. Nestas últimas semanas homens e mulheres, ombro a ombro, tomam as ruas para dizer, em alto e em bom som, que *impeachment* sem crime é golpe. Estão nas ruas as herdeiras das Heroínas de Tejucupapo, de Anita Garibaldi, de Olga Benário; meninas, mulheres de muitos rostos e sorrisos que estão nas ruas dizendo não ao golpe, dizendo que querem mais respeito aos seus direitos, dizendo que repudiam as odiosas expressões de machismo, de misoginia com as quais atingem a presidente da República em sua condição de mulher.

O nosso povo vem demonstrando uma grande capacidade de resistência. É o povo, são os trabalhadores, a população da periferia que ganham as ruas. É a juventude que ilumina as ruas, com alegria, com coragem e com esperança. Honrando os jovens do Araguaia, aqueles que tombaram combatendo a ditadura, nossa juventude ocupa as ruas com a certeza de que se constrói o futuro agora, com luta, com combatividade. Estão nas ruas reivindicando seu direito à vida, ao acesso à educação, ao emprego, às cidades, à felicidade. A consciência democrática está dizendo de todas as latitudes, do Oiapoque ao Chuí: Não vai ter golpe! E estes ecos chegam até esta Casa.

A bandeira da democracia tem todas as cores. Nestes dias tivemos a alegria de ver grandiosos atos de juristas e advogados, de intelectuais, de artistas, manifestos de distintas categorias, e muitas manifestações de todos os tipos, em todas as localidades.

Estamos com o povo nas ruas, e nos embates nesta Casa. Não vacilamos um segundo sequer na defesa da legalidade e da democracia. Desde que as forças golpistas se voltaram contra a presidente Dilma, recém-reeleita, ocupamos nossa posição na trincheira da luta democrática. Nossa militância é a expressão da coragem; foi e ainda está nas ruas de todo o país, e nossos parlamentares não deixaram de atuar um dia sequer para barrar a trama golpista. Destaco ainda o papel elevado do governador do Maranhão, Flávio Dino, que de forma ampla tem conclamado a defesa da legalidade contra o golpe; de igual modo o ministro da Defesa, Aldo Rebelo; a aguerrida bancada no Congresso Nacional; e a valorosa e corajosa militância de nosso partido.

Uma vez derrotado o golpe, e respeitada a democracia, teremos o desafio da retomada do crescimento. Devemos trabalhar para construir um amplo pacto nacional

reunindo forças que apoiam o governo, bem como setores da oposição que possuam compromisso com o Brasil.

A presidente Dilma Rousseff, apoiada na vitória da democracia, na mobilização do povo e de um amplo campo político e social progressista, terá condições para redesenhar e revigorar seu governo sob a agenda aglutinadora da retomada do crescimento econômico com geração de empregos e redução das desigualdades sociais e regionais e do fortalecimento da soberania nacional.

A presidente Dilma Rousseff, colocando os interesses do Brasil e os direitos do povo em primeiro lugar, propõe um pacto de amplos setores políticos, respeitando-se as conquistas construídas ao longo dos últimos 13 anos. Trata-se de um gesto para que o país se pacifique e recupere progressivamente a normalidade político-institucional.

Há base social, política e econômica para isto. Cresce uma tomada de posição de que é preciso superar essa crise que sangra o Brasil, que debilita a economia e as empresas, aumenta o desemprego e impõe imensos sacrifícios ao povo.

Estimados parlamentares, povo brasileiro,

Neste momento decisivo para a democracia, nós, os comunistas, a bancada do PCdoB, afirmamos em alto e bom som: A aprovação da admissibilidade de um *impeachment* sem base legal, conduzida por Eduardo Cunha, réu no Supremo Tribunal Federal (STF), é golpe! E representaria um grande retrocesso para o Brasil.

Volto às palavras de João Amazonas, grande herói do povo brasileiro e inspiração para gerações de defensores do Brasil e de sua soberania, para reafirmar: “Ninguém poderá impedir que os comunistas lutem pelo progresso de nosso país, pela defesa da Constituição da República, pela vitória completa da democracia”.

Em nome do Partido Comunista do Brasil, de sua bancada, de sua militância aguerrida e corajosa, conclamo os deputados e deputadas desta Casa para que votem em sintonia com a grande onda de mobilização do povo, dos trabalhadores, trabalhadoras, que entoam nas ruas num coral de milhares e milhares o brado de “não vai ter golpe”; para que votem em sintonia com a consciência democrática nacional. Votem: Não ao Golpe, não ao *impeachment* golpista e SIM à democracia!

Estejam certos de que o povo brasileiro é maior que manobras de conspiradores. A democracia é invencível e inadiável. Iludem-se os que acreditam ser

possível fazer manobras políticas desrespeitando os preceitos básicos do jogo democrático.

A consciência democrática do povo brasileiro despertou. Está nas ruas, está nos acompanhando. Seguirá conosco.

Estamos certos do caminho da vitória. Junto com o povo e a democracia.

Firme na luta! O golpe não passará!

O PCdoB vota contra o impeachment.

### **BANCADA DO PCDOB NA CÂMARA**

LUCIANA SANTOS  
PCdoB/PE

ALICE PORTUGAL  
PCdoB/BA

CHICO LOPES  
PCdoB/CE

DANIEL ALMEIDA  
PCdoB/BA

DAVIDSON MAGALHÃES  
PCdoB/BA

JANDIRA FEGHALI  
PCdoB/RJ

JÔ MORAES  
PCdoB/MG

ORLANDO SILVA  
PCdoB/SP

PROFESSORA MARCIVANIA  
PCdoB/AP

RUBENS PEREIRA JÚNIOR  
PCdoB/MA